



## Qual o limite de defesa do meio ambiente que o art 170 da ordem econômica permite que as empresas cheguem?

### Autor(res)

Fabrcio Dias Rodrigues  
Rafael Souza Barbosa  
Priscilla Alixandre Da Silva  
Emanuele Maryana Sousa Nery  
Jiovanna Alves De Oliveira Matos

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A crescente preocupação com os impactos ambientais das atividades empresariais tem levado a uma maior atenção ao papel do direito empresarial na regulação e na responsabilização das empresas que poluem o meio ambiente. Nesse contexto, o Artigo 150 da Constituição Federal brasileira emerge como um importante referencial, delineando princípios e diretrizes que orientam a atuação das empresas em relação à proteção ambiental. Este trabalho propõe uma análise da temática das empresas poluentes à luz do direito empresarial, com foco na interpretação e na aplicação do referido artigo constitucional. Serão explorados os desafios e as oportunidades para a efetiva implementação das normas legais relacionadas à responsabilidade ambiental das empresas, buscando contribuir para um maior entendimento e aprimoramento do quadro regulatório e das práticas empresariais no contexto ambiental.

### Objetivo

O objetivo geral deste estudo é analisar as implicações jurídicas das atividades das empresas que geram poluição ambiental, à luz do direito empresarial e com base no Artigo 150 da Constituição Federal brasileira. A pesquisa visa compreender como as disposições legais relacionadas à proteção ambiental, especificamente aquelas contidas na referida norma constitucional, são interpretadas e aplicadas

### Material e Métodos

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo utilizará uma revisão bibliográfica sistemática. Serão consultadas diversas bases de dados acadêmicas e jurídicas, incluindo PubMed, Scopus, Web of Science, JSTOR, LexisNexis, e bibliotecas digitais de universidades e instituições jurídicas. A revisão será restrita a artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos legislativos publicados nos últimos dez anos, com o objetivo de obter uma visão atualizada e abrangente das abordagens teóricas e práticas relacionadas ao tema das empresas que poluem o meio ambiente sob a ótica do direito empresarial.

### Resultados e Discussão



# 3<sup>a</sup> MOSTRA CIENTÍFICA





Após a revisão bibliográfica sistemática e a análise dos dados, os resultados mais relevantes revelaram-se em consonância com o objetivo geral do estudo. Verificou-se que, apesar dos avanços legislativos e da conscientização crescente sobre a importância da proteção ambiental, ainda existem desafios significativos na efetiva aplicação do direito empresarial no contexto das empresas que poluem o meio ambiente.

Em relação ao objetivo de compreender as implicações jurídicas das atividades das empresas poluentes, constatou-se uma ampla gama de normas legais, tanto constitucionais quanto infraconstitucionais, que estabelecem princípios e diretrizes para a gestão ambiental das empresas. No entanto, a interpretação e a aplicação dessas normas podem variar, levando a inconsistências na responsabilização das empresas por danos ambientais.

### Conclusão

As principais conclusões deste trabalho destacam a necessidade urgente de fortalecer a aplicação do direito empresarial no contexto das empresas que poluem o meio ambiente, com base no Artigo 150 da Constituição Federal brasileira. Identificou-se que, embora existam normas legais sólidas para regulamentar a gestão ambiental das empresas, há desafios significativos na efetivação dessas normas e na responsabilização das empresas por danos ambientais.

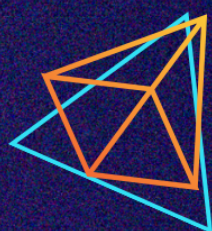
### Referências

Milaré, É. (2017). Direito Ambiental Empresarial: Teoria e Prática. Editora: SARAIVA FGV SÃO PAULO

Milaré, É. (2017). Direito Ambiental. Editora: SARAIVA FGV SÃO PAULO

Benjamin, A. H., & Milaré, É. (2015). Direito Ambiental Empresarial. Editora: revistas dos tribunais

# 3<sup>a</sup> MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera